

Educação em colapso? O caminho inteligente para fazer mais com menos



» HÉLIO LARANJEIRAS
Procurador do Estado
de Alagoas

A educação brasileira vive, há décadas, em uma encruzilhada entre expectativas grandiosas e estruturas frágeis. O país que deseja inovar, incluir e prosperar ainda convive com deficits estruturais graves, desigualdades territoriais profundas e uma máquina administrativa que, muitas vezes, opera de forma lenta, burocrática e desconectada da realidade concreta das escolas. O resultado é um sistema que exige cada vez mais, entrega muito pouco e funciona com recursos que parecem insuficientes — ainda que, na prática, sejam mal distribuídos, mal priorizados e, em muitos casos, mal aplicados. Existe, portanto, uma profunda distância entre o que se anuncia nos gabinetes e o que se vive diariamente nas salas de aula.

O primeiro desafio é reconhecer que o problema da educação no Brasil não é exclusivamente financeiro; é, sobretudo, gerencial. Não faltam diagnósticos, pesquisas, conferências e discursos sobre a importância da educação. O que falta é execução estratégica com continuidade e disciplina. A verdade incômoda é que o país gasta mais do que imaginamos, mas gasta mal. A estrutura pesada e pouco flexível, somada à descontinuidade de políticas a cada novo ciclo eleitoral, impede avanços consistentes. O professor, colocado no centro da responsabilidade

pedagógica, frequentemente não recebe formação adequada, atualização contínua nem condições reais para entregar o padrão de excelência que a sociedade cobra — e ainda é responsabilizado pelos resultados de um sistema que não lhe oferece suporte. O segundo ponto é a desigualdade estrutural. Não há “a educação brasileira”; há várias realidades distintas convivendo simultaneamente. Enquanto alguns estados e municípios avançam com sistemas de monitoramento, formação continuada inteligente e uso criterioso de dados, outros ainda enfrentam desafios básicos: infraestrutura precária, falta de materiais, ausência de conectividade e instabilidade na gestão. Essa assimetria cria um abismo entre redes capazes de inovar e redes que lutam diariamente apenas para manter a escola funcionando — e esse abismo vem crescendo silenciosamente, ano após ano, comprometendo gerações inteiras.

É nesse cenário que se torna urgente o princípio de “fazer mais com menos”. Não como justificativa para cortes, mas como uma estratégia pragmática diante de um país que não pode esperar abundância para agir. O mundo mudou: as demandas sociais cresceram, o orçamento público se fragmentou e a complexidade da escola aumentou. Fazer mais com menos exige inteligência na gestão, clareza de prioridades e coragem para romper com modelos ultrapassados. Não se trata de improvisar, mas de reorganizar o sistema para que cada recurso — humano, financeiro ou tecnológico — gere impacto real e mensurável. É uma mudança de mentalidade, e não apenas de orçamento.

A escola não pode continuar sendo uma extensão do modelo fabril de 1919, com currículos engessados, metodologias descontextualizadas e

profissionais sobrecarregados. É necessário flexibilizar, integrar tecnologias com propósito pedagógico claro e fortalecer a autonomia das escolas para construir soluções alinhadas às necessidades da comunidade. Também é crucial valorizar o professor com ferramentas práticas, e não apenas com discursos inspiradores que não se convertem em melhores condições de trabalho. Além disso, ampliar a capacidade das redes em gerar parcerias, projetos e novas fontes de receita, de forma responsável e alinhada à legislação vigente, tornou-se um componente essencial da sustentabilidade do sistema educacional.

Fazer mais com menos significa, também, empoderar gestores com ferramentas, dados e processos decisórios modernos. É profissionalizar a gestão escolar com o mesmo rigor exigido em qualquer organização de alto desempenho. É substituir a cultura do “não dá” pela cultura do “como vamos fazer”, com metas claras, acompanhamento contínuo e capacidade de corrigir rotas rapidamente. Significa, sobretudo, compreender que eficiência não é inimiga da educação pública — pelo contrário, é a sua única rota de sobrevivência.

A educação brasileira mudará quando a inovação deixar de ser vista como luxo e passar a ser tratada como necessidade vital. Quando o professor receber suporte real, e não apenas cobranças. Quando as redes aprenderem a avaliar, medir e ajustar políticas com transparência e compromisso. E quando governos, gestores e sociedade reconhecerem que fazer mais com menos não é heroísmo: é maturidade institucional. O futuro da educação já começou — e exige inteligência, eficiência e coragem para transformar a escola em um espaço vivo, relevante e sustentável.

O elo perdido na proteção



» MARCO ANTÔNIO
FARAH DE MESQUITA
Delegado da Polícia Civil
do DF, formado em direito
pela Universidade Federal
Fluminense, pós-graduado,
mestre em gestão e doutor
em economia política

A Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, foi promulgada em 7 de agosto de 2006, sendo resultado direto da história de Maria da Penha Maia Fernandes. Em 1983, ela foi vítima de duas tentativas de homicídio por parte de seu marido, Marco Antônio Heredia Viveros. Na primeira, o agressor lhe deu um tiro nas costas enquanto ela dormia, resultando em paraplegia. Meses depois, a manteve em cárcere privado e tentou eletrocutá-la. Apesar de o agressor ter sido condenado duas vezes, em 1991 e 1996, ele permaneceu em liberdade devido a recursos e alegações de irregularidades processuais.

O caso só ganhou solução após Maria da Penha escrever um livro e sua história alcançar dimensão internacional. Em 2001, o Estado brasileiro foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica, o que expôs uma patente e flagrante lacuna de proteção às mulheres no país.

Entre as determinações direcionadas ao Estado brasileiro, diversas foram as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, incluindo a investigação da razão do atraso processual, a reparação adequada à vítima e a intensificação da reforma do arcabouço normativo brasileiro no tocante ao tema. Tais debates culminaram na aprovação unânime do Projeto de Lei nº 4.559/2004.

Nasce, assim, a Lei Maria da Penha, que se tornou referência mundial, sendo reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três legislações mais avançadas no enfrentamento da violência contra a mulher. Sua importância reside na criação de um sistema de proteção integral, sendo diferenciados os tipos de violência doméstica (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). Com uma abordagem ampla, a lei estabelece uma rede de proteção e assistência (jurídica, social e de saúde), tendo criado, ainda, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Um dos mecanismos mais eficazes da lei é a possibilidade de a vítima pleitear medidas protetivas de urgência já na fase policial, garantindo o afastamento rápido do agressor e da situação de risco imediato. Os avanços continuaram com a tipificação do crime de feminicídio no Código Penal em 2015, cujas penas e medidas para descumprimento de protetivas foram ampliadas em 2024.

No entanto, apesar disso, vivemos verdadeira epidemia nacional de casos de violência doméstica, onde o machismo estrutural e a impunidade percebida são mais fortes do que o temor à lei. Essa violência é ligada à cultura patriarcal que vê a mulher como propriedade. Nesse sentido, podemos citar, somente no ano de 2025, a nível nacional, alguns casos alarmantes.

O estado de São Paulo registrou o maior número de feminicídios desde 2015. Um caso brutal foi a tentativa de feminicídio, em novembro, na qual Taynara Souza Santos, de 31 anos, foi propositalmente atropelada e arrastada por cerca de um quilômetro pelo ex-companheiro, resultando na amputação de suas duas pernas.

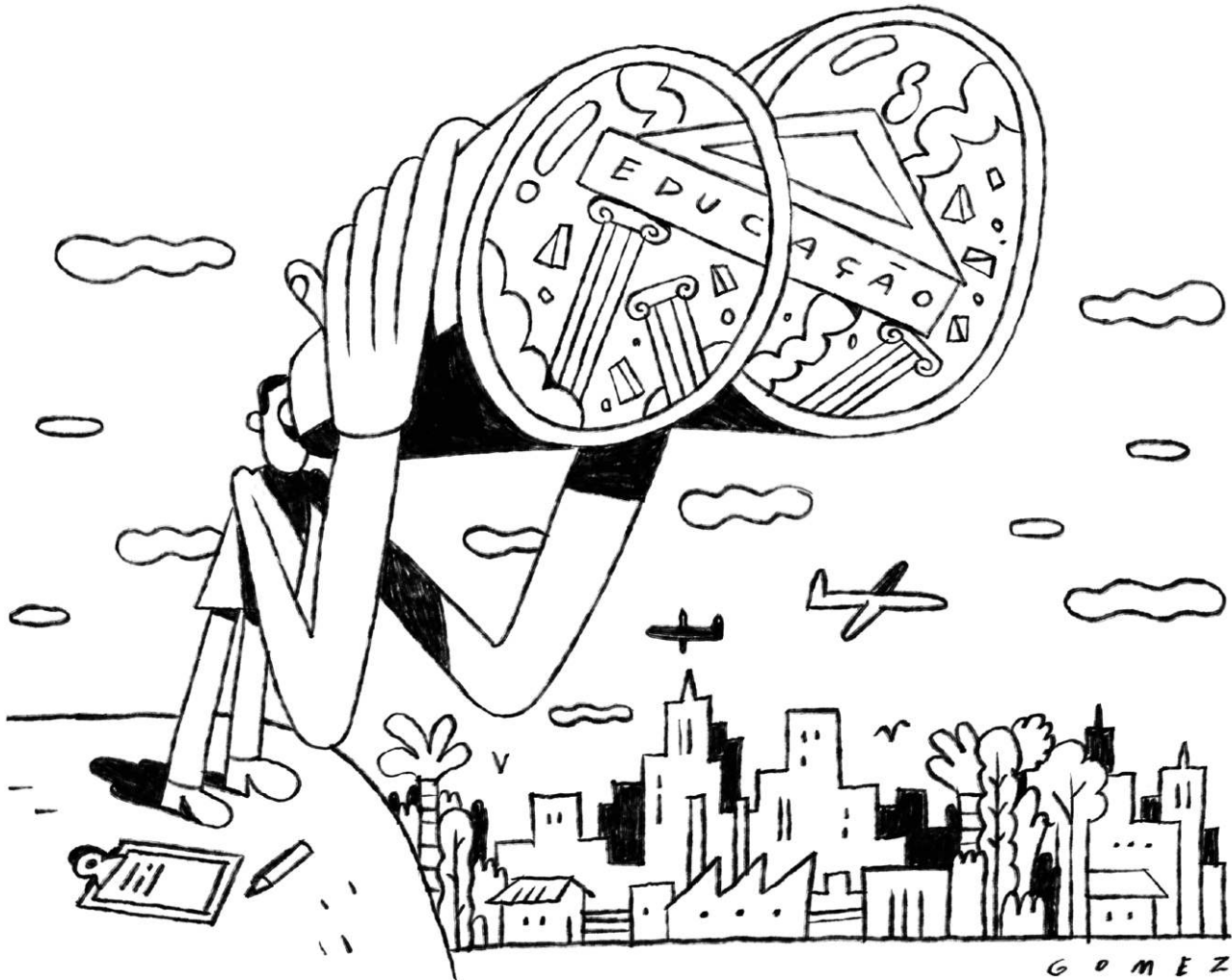
De igual modo, o estado do Rio Grande do Sul atingiu o nível de alerta vermelho, com 79 feminicídios até o início de dezembro, superando o total de 2024. Aqui também, no Distrito Federal, recentemente registramos o assassinato da cabo do Exército Maria de Lourdes Freire Matos dentro de um quartel, fato que demonstra que a violência de gênero transcende o ambiente de rigor institucional.

Longe de serem fatos isolados, os mesmos comprovam que as medidas punitivas e de proteção não estão sendo suficientes para conter a violência letal de gênero. Tal se dá porque a Lei Maria da Penha é essencialmente reativa, focada na punição e proteção após o crime. O elo perdido, portanto, é justamente um investimento estatal maciço na prevenção cultural, o chamado “letramento de gênero”.

Trata-se de verdadeira educação com perspectivas de gênero, um processo de desconstrução de estereótipos, machismo e da cultura da violência. Ele ensina sobre a equidade de gênero, o respeito e o reconhecimento das diversas formas de violência.

A Islândia, país mais igualitário em termos de gênero, é citada como exemplo de sucesso. O denominado “letramento de gênero institucionalizado” islandês inclui, por exemplo, educação de gênero obrigatória desde a primeira infância, leis que criminalizam salários desiguais para trabalho de igual valor e licença parental de 12 meses (cinco meses para a mãe, cinco para o pai e dois a dividir), promovendo a corresponsabilidade no cuidado infantil. Essas ações garantem a prevenção primária da violência, mudando a cultura e resultando em baixas taxas de violência de gênero.

O letramento de gênero, assim, é a ferramenta que ataca a mentalidade de posse (“se não for minha, não será de mais ninguém”), que deve ser uma pauta essencial no ensino brasileiro e na capacitação de agentes públicos. Somente esse avanço pode garantir que a Lei Maria da Penha seja aplicada com a perspectiva de gênero necessária, com vistas à prevenção de crimes de violência doméstica. Sem isso, a lei continuará a ser, primariamente, uma lei de punição pós-morte.



BR-101: a estrada que move o Espírito Santo... e o Brasil



» ROBERTO AMORIM
Diretor-superintendente da
Ecovias Capixaba

Dizem que o Espírito Santo existe apenas para separar o Rio de Janeiro da Bahia, ou, em algumas versões, para ser a pausa discreta entre o Sudeste e o Nordeste. Quem repete essa brincadeira talvez nunca tenha cruzado a BR-101. Porque é ali, no asfalto que corta o estado de ponta a ponta, que o Espírito Santo mostra a sua verdadeira força: a de ligar o Brasil, literalmente.

Desde a década de 1970, a BR-101 é o eixo que conecta o Sul e Sudeste ao Nordeste do país. Cerca de 90% do PIB capixaba está em sua área de influência: dos cafés do norte aos blocos de granito, da celulose às frutas tropicais, dos caminhões que seguem rumo aos portos até os carros que chegam das montadoras do Sudeste. A rodovia não é apenas uma via de transporte. É um fio condutor da economia capixaba, um corredor por onde circulam oportunidades, empregos e desenvolvimento.

E essa importância pode ser medida em números quando são analisados os impactos diretos, indiretos e induzidos das obras de duplicação da BR-101, e como influenciam o PIB, o PIB per capita e

o emprego nos municípios e microrregiões às margens da rodovia. Nos últimos anos, com a sua duplicação, esse papel ganhou uma nova dimensão, como aponta o Estudo de Impacto Ecovias Capixaba, da Futura, consultoria especializada em pesquisa e análise econômica. O Espírito Santo consolidou-se como um hub logístico nacional. Só em 2024, as exportações para outros estados somaram mais de R\$ 512 bilhões, e as importações, mais de R\$ 395 bilhões. E toda essa riqueza trafega pela BR-101.

As obras somam R\$ 7,3 bilhões de impacto no PIB estadual, geram mais de 109 mil empregos diretos e indiretos e injetam R\$ 2,9 bilhões em salários e remunerações. Além disso, movimentam R\$ 519 milhões em impostos, dos quais R\$ 222 milhões em ICMS retornam diretamente aos cofres públicos. Em termos simples: a cada R\$ 100 investidos na BR-101/ES/BA, o Espírito Santo ganha R\$ 114,25 em PIB, dos quais R\$ 40,25 são refletidos diretamente em renda para os capixabas.

Mas o impacto vai além dos números. A duplicação que está em andamento já deu os primeiros sinais de mudanças no ritmo da vida de quem mora e trabalha ao longo da rodovia. É menos tempo no trânsito, mais segurança nas viagens e mais oportunidades para quem depende dessa estrada para produzir, vender, transportar e sonhar. Para se ter uma ideia, o PIB per capita capixaba supera o nacional desde 2008 — com R\$ 51.907 contra R\$ 51.530 em 2023 —, promovendo maior desenvolvimento socioeconômico no estado, com a BR-101 cumprindo

papel de protagonista nesse cenário.

A importância da BR-101 é tal que o governo federal e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) compreenderam a necessidade de modernização contratual do modelo de concessão, com novos parâmetros e regras claras e seguras juridicamente para viabilizar mais de R\$ 7 bilhões em investimentos em infraestrutura, segurança e tecnologia para a rodovia. Trata-se de uma grande evolução em uma estrada por onde passa uma verdadeira revolução na economia capixaba.

Há quem enxergue o Espírito Santo como um estado discreto. Mas os dados mostram outra realidade: a cada quilômetro duplicado na BR-101, ele amplia a sua relevância nacional. Nosso território pode ser pequeno no mapa, mas é grande na capacidade de gerar riqueza, distribuir produtos e integrar regiões.

Entre 2025 e 2029, estão previstos R\$ 137 bilhões em novos investimentos no estado, e boa parte deles se concentra exatamente ao longo da BR-101. O que significa que essa rodovia continuará sendo o palco do desenvolvimento capixaba por muitos anos.

Mais do que uma estrada, a BR-101 é um elo entre pessoas, mercados e ideias. É uma síntese do Espírito Santo: reservada, eficiente e absolutamente essencial. Talvez o país ainda leve um tempo para reconhecer isso plenamente. Mas quem dirige por aqui, quem vive por aqui, quem trabalha por aqui já sabe: o Espírito Santo não separa nada — ele conecta o Brasil.